



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Os efeitos do Programa PRODER na
diversificação da estrutura das economias
locais
(Análise do grupo de ação local Probasto)**

João Miguel Nogueira Pinto

Dissertação submetida para obtenção
do grau de Mestre em Políticas Públicas

Orientador:

Prof. Dr. Sérgio Caramelo

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Setembro de 2019



**Os efeitos do Programa PRODER na
diversificação da estrutura das economias
locais**

(Análise do grupo de ação local Probasto)

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

João Miguel Nogueira Pinto

Dissertação submetida para obtenção
do grau de Mestre em Políticas Públicas

Orientador:

Professor Doutor Sérgio Caramelo

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Setembro de 2019

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como principal objetivo analisar os efeitos do programa PRODER, baseada na abordagem LEADER, de forma a perceber se este programa diversificou a economia dos concelhos abrangidos pelo grupo de ação local Probasto: Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena. Mais do que um conjunto fixo de medidas a implementar, a abordagem LEADER, refere-se mais a um método de mobilizar o desenvolvimento nas comunidades rurais locais, com o objetivo de incentivar os territórios rurais a explorarem novas formas de se tornarem ou permanecerem competitivos, de utilizarem da melhor maneira os seus trunfos e de vencerem os desafios que possam enfrentar, como envelhecimento da população, níveis reduzidos de oferta de serviços ou falta de oportunidades de emprego.

Para a concretização do objetivo principal desta tese, em primeiro lugar, realizou-se uma recolha bibliográfica acerca do tema das políticas públicas, a sua relação com o desenvolvimento e diversificação económica, assim como a apresentação das diversas fases do programa LEADER e alguns casos práticos. De seguida realizou-se uma análise de indicadores estatísticos relativos à região em estudo e ao grupo de ação local assim como entrevistas a beneficiários do programa na Probasto.

O resultado relativo à análise dos dados estatísticos disponíveis revelou pouca influência do setor primário na economia da região, aliado ao facto de existirem poucos projetos, ficando claro que o programa não teve a influência esperada. Também com a análise das respostas às entrevistas ficou patente que o programa não teve a capacidade de afetar a estrutura económica dos 4 concelhos da região de Basto.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento Local; Diversidade Económica; Abordagem LEADER; Programa PRODER; Probasto.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyse the effects of the PRODER program, based on the LEADER approach, to understand if this program diversified the economy of the municipalities covered by the Probasto local group: Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto and Ribeira de Pena. More than a fixed set of measures to be implemented, the LEADER approach refers more to a method of mobilizing development in local rural communities, with the aim of encouraging rural territories to explore new ways of becoming or remaining competitive, to make the best use of their assets and to overcome the challenges they may face, such as the ageing of the population, reduced levels of service provision or lack of employment opportunities.

To achieve the main objective of this thesis, a bibliographical collection about public policies, its relationship with economic development and diversification, as well as the presentation of the various phases of the LEADER program and some practical cases. An analysis of statistical indicators for the study region and the local action group was carried out, as well as interviews with beneficiaries of the program of Probasto.

The results from the analysis of the available statistical data showed that the primary sector had little influence on the region's economy, together with the fact that there were few projects, and it was clear that the program did not have the expected influence. Also, with the analysis of the answers to the interviews it became clear that the program did not have the capacity to affect the economic structure of the 4 municipalities of the Basto region.

Keywords: Public Policies; Local Development; Economic Diversity; LEADER approach; PRODER Program; Probasto.



ÍNDICE

RESUMO	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE QUADROS	9
Abreviaturas	10
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Contextualização do trabalho	11
1.2. Objetivos	12
1.3. Hipóteses.....	13
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
2.1. Políticas Públicas	15
2.1.1. Concetualização de Políticas Públicas	15
2.1.2. A Diversificação Económica.....	16
2.2. O Programa LEADER	19
2.2.1. O PRODER.....	23
2.2.2. O LEADER – PDR 2020	27
3. METODOLOGIA.....	29
3.1. Metodologia Quantitativa	30
3.2. Metodologia Qualitativa.....	30
3.3. Amostra	31
3.4. Entrevista.....	32
3.4.1. Análise de Dados da Entrevista	33
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
4.1. O Programa PRODER na Região de Basto	35
4.1.1. A Região de Basto.....	35
4.1.2. O programa PRODER na região de atuação da Probasto	37
4.2. Análise das Entrevistas	39
6. CONCLUSÕES.....	43
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXOS	51
ANEXO 1 – Guião da Entrevista.....	51

Anexo 2- Percentagem de projetos aprovados no concelho de Cabeceiras de Basto (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)	52
Anexo 3- Percentagem de projetos aprovados no concelho de Celorico de Basto (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)	52
Anexo 4- Percentagem de projetos aprovados no concelho Mondim de Basto (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)	53
Anexo 5- Percentagem de projetos aprovados no concelho de Ribeira de Pena (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)	54
Anexo 6- Percentagem de projetos por setor de atividade (relatório final de execução do programa PRODER Probasto).....	55
Anexo 7- Tabela de investimento por medida (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)	55

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1.: Estrutura orgânica do Programa LEADER II (fonte: Carvalho & Fernandes, 2006).....	21
Figura 1.2.: Iniciativa LEADER ao longo dos anos (fonte: Moreno, s/d, p.6)	23

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1.1.: População ativa por setor de atividade (fonte: censo de 2011).....	35
Quadro 1.1.2.: Projetos Aprovados por medida e Ações (fonte: Probasto).....	38

Abreviaturas

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

LEADER- Relações entre ações de desenvolvimento rural

Probasto-Associação de desenvolvimento Rural de Basto

PRODER-Programa de Desenvolvimento Rural

UE- União Europeia

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do trabalho

Com o fenómeno da globalização, tem-se vindo a verificar, cada vez mais, um aumento da urbanização e o abandono do mundo rural. As pessoas abandonam o interior, as localidades rurais, caracterizadas pelo envelhecimento, pela falta de desenvolvimento e muitas vezes, pelo afastamento dos principais centros de decisão, e deslocam-se para as cidades à procura de melhores condições de vida. O desenvolvimento do mundo rural aparece, assim, como uma prioridade, de modo a fixar as pessoas nessas regiões, evitando o seu abandono.

É neste sentido que aparece o programa LEADER - Relações entre Ações de Desenvolvimento Rural – considerado por muitos como sendo uma importante iniciativa no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento rural. Apesar de muitos estudos já apontarem para a necessidade da construção de ações de desenvolvimento no mundo rural, onde seriam valorizados os produtos tradicionais e os recursos produzidos, estas questões só foram incorporadas no discurso oficial em Portugal, por via das influências políticas de integração europeia (Henriques, 2002).

Neste sentido, várias iniciativas nasceram, nos últimos 20 anos, derivadas da abordagem do programa LEADER, tendo a sua orientação para o desenvolvimento local e das comunidades, possuindo como base a experiência de uma iniciativa financiada por Fundos Estruturais da União Europeia, criada para ajudar os agentes rurais a terem conta o potencial a longo prazo da sua região no sentido de se realizar uma diversificação económica das regiões rurais e assim apoiar o seu desenvolvimento. A diversificação económica de uma determinada região é muito importante, uma vez que esta não fica dependente de uma só atividade económica, estando menos vulnerável a qualquer tipo de problema que possa surgir, seja de ordem económica, natural ou humana.

Tendo em conta este contexto, a presente tese desenvolve-se em torno de uma região em particular, as Terras de Basto, com o intuito de verificar se houve algum tipo de alteração económica nos concelhos que constituem o grupo de ação local Probasto - Associação para o Desenvolvimento Rural De Basto, com a aplicação da abordagem do programa LEADER.

1.2. Objetivos

A constituição dos objetivos de um trabalho é vista como sendo o fio orientador de todo o estudo e também a sua razão de ser, motivando assim o esforço e o tempo de quem faz os estudos. Apesar de existirem muitas razões para a realização de um determinado estudo, são os objetivos de investigação que operam como sendo o motor da investigação levando a que o estudo seja reconhecido pela comunidade científica como sendo um bom e verosímil estudo (Nicola, 2008).

Os objetivos são fundamentais para a análise da informação recolhida ou construída e ajudam o investigador a não perder o rumo, mantendo assim o caminho para a obtenção de conclusões e respostas possíveis. Muitos investigadores encontram-se perdidos em algumas das fases da investigação, porque não tem presente e/ou claramente definidos os objetivos que os deviam orientar (Souza & Souza, 2011). Assim, para o presente trabalho traçou-se o seguinte objetivo principal:

Analisar a existência de alterações económicas nos concelhos constituintes do grupo Probasto, devido à aplicação de políticas públicas tendo como base a abordagem do programa LEADER.

Para chegar ao cumprimento do objetivo principal, foram também traçados objetivos específicos, como se fossem passos intermédios para chegar à resposta final. Assim, os objetivos específicos deste trabalho são:

- Apresentar o conceito de políticas públicas, em detrimento da iniciativa privada;
- Relacionar políticas públicas e desenvolvimento económico;
- Explicar a importância da diversidade económica numa região, com especial foco para as regiões rurais;
- Relacionar as políticas públicas com a diversidade económica de uma região;
- Apresentar o programa LEADER e a seu conseqüente a alteração de estruturas da economia local.

1.3. Hipóteses

As hipóteses formulam a solução suposta, provável e provisória para o problema, na base de um enunciado geral de relação entre as variáveis ou premissas (factos e opiniões) com coerência externa (compatível com o conhecimento científico) e com coerência interna (consistência lógica). Numa etapa posterior, as hipóteses são confrontadas com os dados experimentais (Fortin, 2000).

As hipóteses são suposições que são vistas como sendo respostas possíveis e provisórias para o problema de pesquisa. As hipóteses são provisórias porque podem ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da pesquisa. Um mesmo problema pode ter muitas hipóteses, que são soluções possíveis para a sua resolução (Quivy & Campenhoudt, 1992).

As hipóteses vão, assim, orientar o planeamento dos procedimentos metodológicos necessários à execução da pesquisa. O processo da pesquisa vai estar voltado para a procura de certezas que comprovem, sustentem ou refutem a afirmativa que é feita na hipótese. A hipótese é sempre uma afirmação, uma resposta possível ao problema proposto. As hipóteses podem estar explícitas ou implícitas na pesquisa (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Posto isto, as hipóteses traçadas para o presente trabalho são:

- H1: O Programa LEADER contribui ou não para a diversificação económica das regiões rurais.
- H2: O Programa LEADER tem ou não impacto no desenvolvimento da região em estudo (Terras de Basto).
- H3: O Programa LEADER contribuiu ou não para a criação de novos negócios na região em estudo (Terras de Basto).



2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Políticas Públicas

2.1.1. Concetualização de Políticas Públicas

Antes de se começar a falar mais especificamente sobre o tema da presente dissertação, considera-se ser relevante fazer uma reflexão teórica sobre o conceito de *política pública*, uma vez que este trabalho se centra numa política pública concreta.

Em traços gerais, pode-se definir política pública como sendo um conjunto de ações ou medidas formuladas pelos governos e da responsabilidade do Estado, em oposição ao domínio privado que é oferecido à comunidade por via de interações do mercado. De acordo com Caldas (2008) um dos principais traços distintivos das políticas públicas é o facto de estes serem resultado das ações, decisões e planos dos governos, tendo como principal objetivo o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Lahera (2004) realça a importância de fazer a distinção entre política publica e apenas política, tendo como base os termos em inglês *politics* (política) e *policies* (política pública). As políticas podem ser encaradas como uma forma de instituir e influenciar as políticas públicas, de uma forma, muitas vezes, paradigmática, enquanto que as políticas públicas vão ser um fator comum entre a política e os governos que as formulam. O mesmo autor continua dizendo que tanto a política como as políticas públicas têm a ver com o poder social, mas enquanto que a política é um conceito amplo, relativo ao poder geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas para lidar com assuntos públicos específicos (Lahera, 2004).

As políticas públicas não se referem apenas à ação estatal, mas também à *não-ação*, ou seja, tudo aquilo que o governo decide que não deve ser feito, muitas vezes em prol da manutenção do equilíbrio social (Saravia, 2007). Quando certas determinadas políticas não são tomadas, havendo a escolha por parte do governo em não interferir em determinado problema ou situação social, é o mercado, ou por outras palavras, a iniciativa privada que acaba por tomar certas ações. Não se deve esquecer que as políticas públicas ou a falta delas vão afetar diretamente o quotidiano dos cidadãos, tendo uma influência direta na sociedade (Dye, 2011).

As políticas públicas assentam num conjunto de valores, ideias e perspetivas dos seus formuladores, geralmente na visão política da sociedade e do governo, sendo as estratégias definidas de acordo com as suas crenças. Como refere Saravia (2007), as políticas públicas são, no fundo, decisões que podem ser traduzidas em ações ou omissões, de carácter preventivo ou corretivo de modo a conseguir manter ou modificar a realidade de um ou mais quadrantes da sociedade, definido para isso estratégias, objetivos e metas de atuação e a disponibilidade e deslocamento de recursos necessários para que os objetivos previamente estabelecidos sejam cumpridos.

No seu trabalho Theodoulou (1995) sumariza as ideias essenciais, através da análise de vários autores, sobre as características de uma política pública, a saber:

- A não-ação governamental é tão importante como a ação, e é por isso que as políticas públicas distinguem o que o governo faz e o que este decide não fazer;
- Idealmente, as políticas públicas devem envolver todos os níveis de governação, não se limitando apenas às entidades formais, sendo as entidades informais muito importantes para implementação de uma política pública;
- As políticas públicas não se limitam apenas a ações legislativas, tendo, por isso, um carácter perversivo, traduzindo-se em ações, programas regras e regulamentos;
- As políticas públicas apresentam objetivos e finalidades muito bem definidos e específicos para determinada área da sociedade;
- Estas podem ser de curto ou longo prazo;
- Numa última instância, o objetivo primordial de uma política pública é a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.

2.1.2. A Diversificação Económica

A diversificação da economia é considerada uma das melhores estratégias para resolver os problemas criados pela dependência de recursos naturais ou de uma única indústria,

referindo-se assim, a um processo de produção de uma grande gama de produtos e serviços. A diversificação da economia pode também se referir a uma grande variedade de mercados para exportações ou a diferentes fontes de rendimento (Khaulich, 2012). Apesar de ser uma parte importante do desenvolvimento económico, a diversificação económica distingue-se deste, uma vez que implica uma produção diferente e também mudanças no sistema institucional pelos quais os bens e os serviços são distribuídos (Khaulich, 2012).

Fundamentalmente, são utilizadas uma de duas estratégias para a efetivação da diversificação da economia, nomeadamente a que privilegia a política de substituição de importações, cujo foco é o mercado interno, e a política de promoção das exportações, em que o foco se dirige para o mercado externo (Candundo, 2015).

A primeira estratégia é conhecida como o modelo de industrialização por substituição de importações, assentando na premissa de que o desenvolvimento industrial interno vai potenciar a produção doméstica de bens, através de uma série de políticas restritivas relativamente às importações. Este processo vai-se realizar através da intervenção do Estado, que se traduz na prática na definição de especificações relativamente a setores principais da industrialização, verificando-se ações de aumento de impostos e tarifas aduaneiras e a criação de mecanismos burocráticos que origine mais barreiras no que toca ao processo de aquisição de bens ao estrangeiro (Candundo, 2015). De acordo com o relatório Económico CEIC/UCAN (2014), este modelo de industrialização por substituição de importações foi a estratégia utilizada para o crescimento económico de muitos países em fases especiais do seu desenvolvimento, como por exemplo, na altura da Grande Depressão de 1920.

A segunda estratégia é a estratégia da promoção das exportações que consiste na implementação de um conjunto de ações e medidas de política económica conducentes a incentivar as exportações (Candundo, 2015). O objetivo desta estratégia passa acima de tudo por reduzir tarifas aduaneiras as exportações em relação as taxas aduaneiras para importação. Esta estratégia é referida pelo autor como estratégias de sucesso nas economias do Sudoeste asiático.

De acordo com o relatório supracitado, uma das principais críticas desta estratégia diz respeito ao protecionismo excessivo que leva a diminuição do bem-estar nacional, contribuindo para o aparecimento de tensões inflacionistas internas uma vez que restringe o consumo à produção interna. Esta estratégia é, também, de difícil afirmação em contextos onde os

comportamentos corruptos e oportunistas tendem a proliferar dentro as mais altas instâncias do Estado (CEIC/UCAN, 2014).

Como o próprio nome indica, a estratégia de Promoção das Exportações consiste na implementação de um conjunto de ações e medidas de política económica que conduzem ao incentivo das exportações. Numa primeira fase, a estratégia de promoção de exportações para a diversificação da economia, deve começar por produtos industriais mais simples, onde é requerido um grande nível de mão de obra, tais como indústrias têxteis, calçado, montagem de equipamento eletrónico simples, mobiliário, indústrias alimentares, consultadoria, entre outros. Como é óbvio, a dinâmica da produção das indústrias acima indicadas contribui para a substituição de importações em condições de plena competitividade, maximizando o bem-estar nacional e de maior dimensão do mercado (Candundo, 2015).

A um nível local, podemos também falar em diversificação económica como fator de desenvolvimento, especialmente quando o assunto são as áreas rurais.

A economia rural engloba uma diversidade de meios de subsistência, não se limitando apenas ao setor agrícola e à produção de bens essenciais e primários. Em termos gerais, a economia rural pode ser categorizada em setor agrícola e setor não agrícola, sendo que este último inclui todas as atividades económicas não agrícolas passíveis de gerar rendimentos, como é o caso das minas, fábrica, artesanato, construção, comércio, turismo, transporte e serviços financeiros pessoais e governamentais. Neste sentido, a diversificação económica rural refere-se à mudança de atividades do setor agrícola para atividades do setor não agrícola em zonas rurais ou a diversificação dos resultados económicos dentro desses setores (International Labour Office, s/d).

De acordo com Start & Johnson (2001), a diversificação económica em espaços rurais apresenta dois componentes-chave que se encontram, geralmente, relacionados:

- Multiplicidade: existência de vários meios de subsistência (empregos, rendas, entre outros), exigindo a realização de atividades concorrentes em tempo parcial;
- Mudança. Transformação ou adaptação: geralmente de uma agricultura essencialmente de subsistência para uma atividade não agrícola e também de não-subsistência.

Assim, a diversificação económica rural, tanto na agricultura quanto em atividades não agrícolas, apresenta um potencial significativo para reduzir a pobreza e a vulnerabilidade a vários fatores, naturais e humanos, contribuindo para o desenvolvimento da região e para a fixação de população.

2.2. O Programa LEADER

Nas últimas décadas, o desenvolvimento rural ganhou uma grande visibilidade no que toca ao desenvolvimento de um novo quadro de referência, quer na participação inovadora e efetiva dos diferentes atores envolvidos. Tem-se vindo, então, a assistir a uma crescente revalorização do mundo rural e dos valores da ruralidade, que contribuem para o equilíbrio e para a coesão do próprio sistema, procurando-se encontrar novas filosofias do desenvolvimento territorial do espaço rural cimentado em valores como a sustentabilidade e a multifuncionalidade, não esquecendo, porém, a sua atividade central, a agrícola, havendo uma valorização das vertentes ambiental e biológica.

Tendo em conta esta mudança de olhar sobre o mundo rural, em 1991, foi lançado pela Comissão Europeia o programa LEADER, tendo como base os princípios do desenvolvimento local, com o objetivo principal de combater a despovoamento das áreas rurais. Para tal, este programa tinha como visão a revitalização das regiões tendo em vista o seu potencial e recursos locais. Barros (1998) afirma que o programa LEADER olhava para o mundo rural como sendo um sistema pluriativo, com várias potencialidades e múltiplas utilizações, sendo muito importante a valorização e a diversificação do potencial dos recursos existentes nestes territórios.

A iniciativa LEADER está em sintonia com os objetivos da PAC no qual até 1990 as abordagens eram tipicamente setoriais. A abordagem LEADER foi desenvolvida pela Comissão Europeia. Durante 1991 até 2007 os diferentes estados membros e as regiões dispuseram de programas LEADER autónomos sendo financiados pelos fundos estruturais europeus. Algo que foi alterado a partir de 2007 no qual as abordagens LEADER passaram a ser integradas na política de desenvolvimento rural global. A partir de 2007 o financiamento para cada estado membro foi do âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). O atual programa LEADER (2014-20) foi alargado para incluir também as zonas costeiras e

urbanas sob ação desenvolvimento local liderado pela comunidade. Até aqui o programa destinava-se exclusivamente a apoiar as zonas rurais.

Com o programa LEADER assiste-se à prioridade da autonomia e da experimentalidade, sendo a hierarquia posta de parte, uma vez que se pôs fim a ações centralizadas e autoritárias, dando abertura e oportunidade à própria população. Deste modo, abandonou-se a centralização a favor da descentralização, havendo uma maior proximidade com os problemas, com os recursos e com as soluções que devem ser tomadas localmente, segunda a ótica de “cada caso é um caso”, privilegiando a diversificação ao em vez da uniformização (Carneiro, 2005).

De acordo com Moreno (2009), abordagem do Programa LEADER possui sete características fundamentais, a saber:

1. Abordagem territorial;
2. Abordagem ascendente;
3. Importância do grupo local;
4. Carácter inovador de ações;
5. A ligação entre as diferentes ações, numa ótica integrada e multissetorial;
6. A instalação em rede (regional, nacional e europeu) e a cooperação transnacional;
7. As modalidades de gestão e financiamento.

O Programa LEADER incidia na revitalização de zonas específicas, com dimensões geográficas entre os 5000 e os 100 000 habitantes, apostando na comunicação e na cooperação entre instituições e atores, a diferentes níveis, tendo como expectativa a obtenção de transferências de saberes mais ou menos especializados, sendo estes aplicados na reestruturação económica e na qualidade de vida ao nível local. Os grupos de ação beneficiados (de um modo geral grupos e associações locais), quando se encontram na posse de alguns meios financeiros constituem-se como poderes locais e regionais ou por contrapoderes, dependendo do caso em questão (Moreno, s/d).

Na primeira fase do programa LEADER (LEADER I, entre 1991 – 1994) foram selecionadas 20 zonas de intervenção, que perfaziam uma totalidade de 37% do território nacional, correspondendo a cerca de 14% da população. Foram desenvolvidos 2000 projetos, correspondentes a 73 milhões de euros de investimento, sendo que, a área que mais destaque teve foi a área do turismo rural com 46% de projetos (GEOIDEIA/IESE, 1999).

Na segunda fase do programa, intitulado LEADER II, verificou-se uma generalização, aprofundamento e também um reforço financeiro, aumentando de 20 zonas de intervenção para 48 entidades locais, tendo abrangido cerca de 70% do espaço nacional e 33% da população portuguesa, tendo sido aprovados 7030 projetos, correspondendo a um investimento de cerca de 217.650.460 euros (GEOIDEIA/IESE, 2002).

De forma a perceber melhor como se processa a mecânica do Programa LEADER II, Carvalho & Fernandes (2006), apresentam um esquema, onde se pode ver a interação das várias instituições e dos vários atores, tendo como meta o desenvolvimento local:

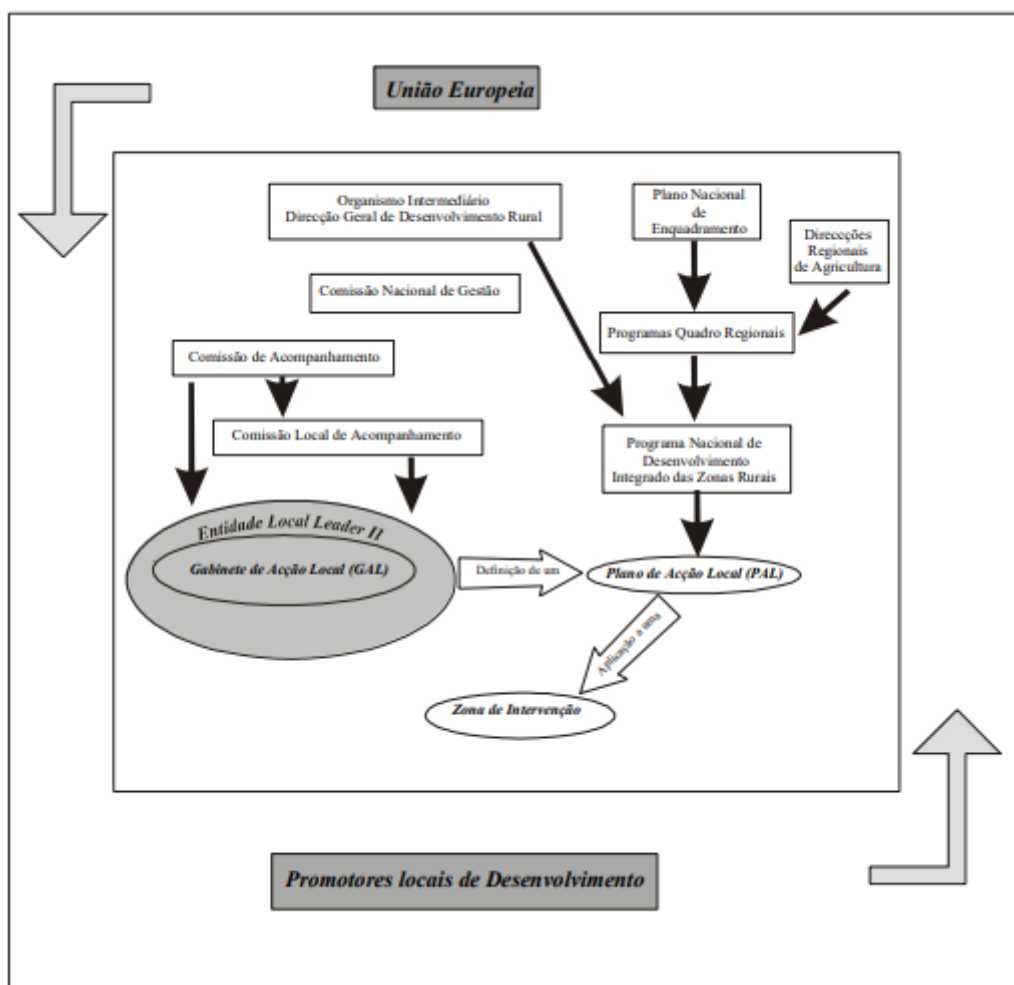
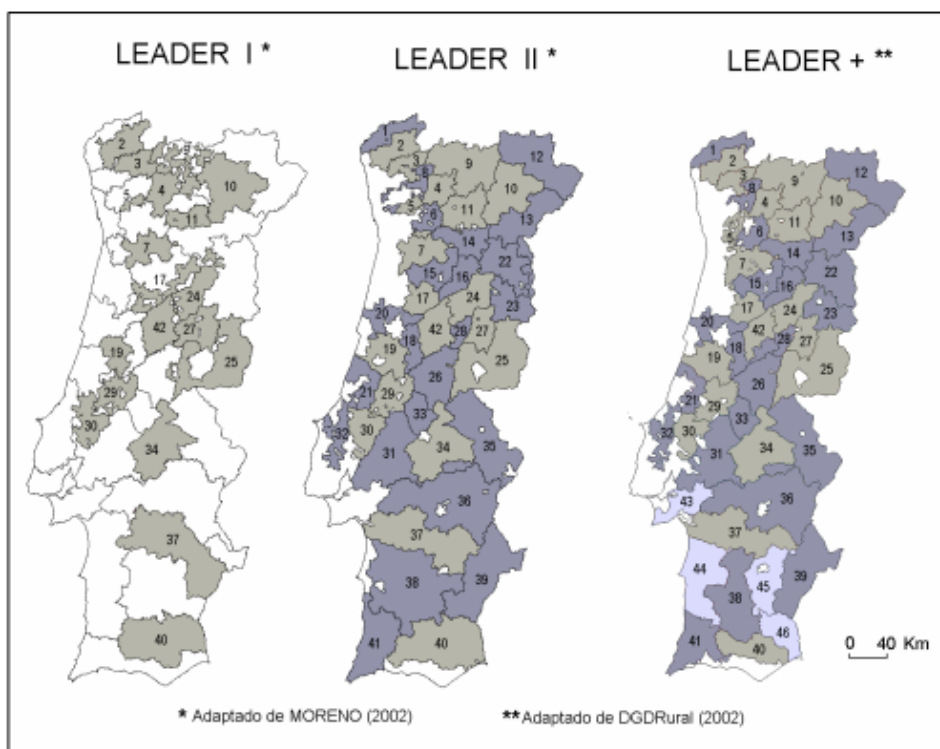


Figura 1.1.: Estrutura orgânica do Programa LEADER II (fonte: Carvalho & Fernandes, 2006)

Como se pode observar pela figura 1.1. são as entidades locais que vão gerar as subvenções gerais, tendo como base um Plano de Ação Local, concebido por essas mesmas

entidades, tendo como base de construção uma interpretação própria das orientações nacionais (Plano Nacional de Enquadramento, mas também de um conjunto de diretivas comunitárias, assim como da leitura e interpretação (também estas próprias levadas a cabo pelas entidades locais) das dimensões dos problemas das zonas de intervenção respetivas (GEOIDEIA/IESE, 2002)

No programa seguinte, o LEADER +, referente ao período de 2000-2006, apenas se realizou um pequeno reajustamento territorial no Sul do país, passando este programa a cobrir 80% do país, compreendendo o trabalho de 52 organizações associativas, diferenciando-se pela promoção da cooperação e da organização de parcerias em rede, ao nível regional, nacional e internacional (Moreno, 2009). Na figura seguinte é possível ver a evolução desde o LEADER I até ao LEADER+, no que toca à abrangência do território nacional de medidas de apoio ao desenvolvimento local:



- | | | |
|----------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| 1 – ADRIMINHO | 18 – DUECEIRA | 35 – ADER-AL |
| 2 – ADRI | 19 – TERRAS DE SICÓ ⁽¹⁾ | 36 – MONTE |
| 3 – ATAHCA | 20 – ADELO | 37 – TERRAS DENTRO |
| 4 – PROBASTO | 21 – ADAE | 38 – ESDIME |
| 5 – ADER-SOUSA | 22 – RAIÁ HISTÓRICA | 39 – ROTA DO GUADIANA |
| 6 – DOLMEN | 23 – PRÓ-RAIA | 40 – IN LOCO |
| 7 – ADRIMAG | 24 – ADRUSE | 41 – VICENTINA |
| 8 – SOL-DO-AVE | 25 – ADRACES | 42 – ADIBER ⁽²⁾ |
| 9 – ADRAT | 26 – PINHAL MAIOR | 43 – ADREPES |
| 10 – DESTAQUE | 27 – RUDE | 44 – ADL |
| 11 – DOURO HISTÓRICO | 28 – ADERES | 45 – Alentejo XXI |
| 12 – CORANE | 29 – ADIRN | 46 – Terras do Baixo Guadiana |
| 13 – DOURO SUPERIOR | 30 – APRODER | |
| 14 – BEIRA DOURO | 31 – CHARNECA | |
| 15 – ADDLAP | 32 – LEADER OESTE | |
| 16 – ADD | 33 – TAGUS | |
| 17 – ADICES | 34 – LEADERSOR | |
- ⁽¹⁾ ADSICÓ no LEADER I
⁽²⁾ ACIBEIRA no LEADER I

Figura 1.2.: Iniciativa LEADER ao longo dos anos (fonte: Moreno, s/d, p.6)

2.2.1. O PRODER

Em 2007 ocorre uma importante transformação, sendo que a abordagem LEADER começa a ser integrada nos programas nacionais e regionais de desenvolvimento rural apoiados pela União Europeia e financiada ao abrigo do novo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Um desses programas é o PRODER (2007-2013), sendo este programa um dos mais utilizados em Portugal Continental no que concerne ao desenvolvimento rural. O programa PRODER foi executado entre 2007 e 2013, foi aprovado

pela Decisão C (2007) 6159 da Comissão de 4 de dezembro de 2007. Este encontra-se abrangido e cofinanciado pelo FEADER. O financiamento do programa está em encargo do FEADER e do orçamento de estado. Com taxas de financiamento do FEADER entre os 30% e os 50% e do orçamento de estado entre os 7% e 15% na região de basto.

O PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural em Portugal Continental, tendo á sua disposição um conjunto de apoios para o desenvolvimento das zonas rurais, sempre em linha com as necessidades identificadas pelos grupos de ação locais. Assim, os grupos de ação local vão desenvolver estratégias de acordo com as particularidades do seu território, tendo subjacente a experiência existente na implementação de iniciativas locais, nomeadamente o programa LEADER. Como pilares principais, o PRODER tem:

1) Competitividade:

- Inovação e Desenvolvimento Empresarial: Modernização e Capacitação das Empresas; Investimentos de Pequena Dimensão; Instalação de Jovens Agricultores;
- Redimensionamento e Cooperação. Empresarial;
- Promoção da Competitividade Florestal: Melhoria Produtiva dos Povoamentos; Gestão Multifuncional; Modernização e Capacitação das Empresas Florestais;
- Valorização da Produção de Qualidade: Apoio aos Regimes de Qualidade; Informação e Promoção de Produtos de Qualidade;
- Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e de Crises: Instrumentos Financeiros, Restabelecimento do Potencial Produtivo;
- Regadios e Outras Infraestruturas Coletivas: Desenvolvimento do Regadio; Regadio de Alqueva; Sustentabilidade dos Regadios Públicos; Modernização dos Regadios Coletivos Tradicionais; Projetos Estruturantes;
- Cumprimento de Novas Normas Obrigatórias.

2) Gestão Sustentável do Espaço Rural:

- Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas: Manutenção da Atividade Agrícola fora de Rede Natura; Manutenção da Atividade Agrícola em Rede Natura;

-
- Valorização de Modos de Produção: Alteração de Modos de Produção Agrícola; Proteção da Biodiversidade Doméstica; Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos; Conservação do Solo;
 - Gestão do Espaço Florestal e Agroflorestal: Minimização dos Riscos; Ordenamento e Recuperação de Povoamentos; Valorização Ambiental dos Espaços Florestais;
 - Intervenções Territoriais Integradas.

3) Dinamização das Zonas Rurais:

- Diversificação da Economia e Criação de Emprego: Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola; Criação e Desenvolvimento de Microempresas; Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer;
- Melhoria da Qualidade de Vida: Conservação e Valorização do Património Rural; Serviços Básicos para a População Rural;
- Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento;
- Cooperação LEADER para o Desenvolvimento: Cooperação Interterritorial; Cooperação Transnacional;
- Funcionamento dos Grupos de Ação Local, Aquisição de Competências e Animação;
- Implantação de redes de Banda Larga de Nova Geração, em Zonas Rurais.

4) Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências:

- Cooperação para a Inovação;
- Informação e Formação Especializada;
- Serviços de Apoio ao Desenvolvimento.

Como se pode observar, ficou sob a responsabilidade da abordagem LEADER a implementação do Eixo 3 referente à Dinamização das Zonas Rurais, sendo esta traduzida em medidas de apoio que totalizam um valor superior a 460 milhões de euros. O processo de reconhecimento e aprovação das estratégias foi realizado através de um concurso público entre 2007 e 2008, tendo sido reconhecidas 53 entidades locais, que começaram a implementação dos programas em 2009, após toda a regulamentação ter sido aprovada.

Os potenciais beneficiários/destinatários potenciais e promotores são agricultores e produtores florestais; empresas de comercialização e transformação de produtos agrícolas e

florestais; organizações do setor agroflorestal; instituições públicas com intervenção no setor; agentes de desenvolvimento rural; organizações não governamentais; órgãos de comunicação social; público em geral (PRODER).

Dentro do programa na região análise foram apoiados projetos do subprograma 3 sendo as medidas apoiadas e as respetivas ações:

- Medida 3.1. - Diversificação da economia e criação de emprego

Ação 3.1.1. - Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola

Ação 3.1.2. - Criação e Desenvolvimento de Microempresas

Ação 3.1.3. - Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer

- Medida 3.2. - Melhoria da qualidade de vida

Ação 3.2.1. - Conservação e Valorização do Património Rural

Ação 3.2.2. - Serviços Básicos para a População Rural

Para a consolidação do objetivo, a Probasto assenta em três grandes áreas temáticas: Turismo e Património Rural; Recursos Endógenos e Património Natural e Serviços de Proximidade. (Probasto.pt)

O programa PRODER a nível de investimento delimitou áreas de convergência sendo a nível nacional as NUTS II Norte, Centro e Alentejo e as de não-convergência Algarve que se encontrava em “phasing-out” e Lisboa que já estava integrada no Objetivo Competitividade Regional e Emprego. Nas regiões de convergência era previsto uma taxa de comparticipação do FEADER de 82,10% de comparticipação pública e 75,89% nas regiões de não-convergência. A gestão do programa ficou encargo da Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente criado pelo Concelho de Ministros. A entidade pagadora é o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas).

Olhando com maior detalhe para o desempenho do PRODER, a representatividade dos eixos do Programa foi a seguinte (fonte relatório de encerramento):

1.º Eixo 2 “Melhoria do ambiente e da paisagem” - o mais representativo em termos de execução com um peso de 45% no total do FEADER pago aos beneficiários (1.618.237 mil euros);

2.º Eixo 1 “Competitividade” - com um peso igualmente elevado de 43% do total do FEADER pago aos beneficiários (1.512.846 mil euros);

3.º Eixo 4 “LEADER” - com um peso de 10% do total do FEADER pago aos beneficiários (349.804 mil euros);

4.º Eixo 3 “Diversificação e qualidade de vida” - com um peso de apenas 1% do total do FEADER pago aos beneficiários (46.355 mil euros).

2.2.2. O LEADER – PDR 2020

Mais recentemente, a abordagem LEADER aparece enquadrada no PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2020). Este é outro momento de viragem para esta abordagem, que recebe o cognome de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Além disso, o Governo Português tomou a decisão de alocar quase a totalidade dos fundos do FEADER para os setores agrícolas, agroalimentar e florestal.

Assim, as principais prioridades do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 para o desenvolvimento rural são: o reforço da viabilidade das explorações agrícolas e da competitividade de todos os tipos de agricultura e o incentivo das tecnologias agrícolas inovadoras e da gestão sustentável das florestas; a promoção da organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura; a promoção da inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais; e o apoio a operações com carácter inovador e promotor da mitigação e adaptação às alterações climáticas. O PDR 2020 foi devido em 4 áreas de intervenção: Inovação e conhecimento; Competitividade e organização da produção; Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima; Desenvolvimento local.

O financiamento do PDR2020 é de 3.583.056.823 euros provenientes do FEADER e de 4.170.481.657 euros de despesa pública segundo o relatório intermédio de avaliação. A percentagem de financiamento dependendo da medida inserida do projeto poderia chegar aos 90%.

Neste momento existem 92 Gal reconhecidos em Portugal concentram a sua atividade na diversificação e revitalização da economia local (<http://www.pdr-2020.pt>).

3. METODOLOGIA

Fortin (2000) refere que é na fase da Metodologia que se deve operacionalizar o estudo, ou seja: precisar o tipo de estudo, as definições operacionais das variáveis, o meio onde se desenrola o estudo e a população deste mesmo estudo.

Como explica Fortin (2000, p.372), a metodologia consiste no conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”, acrescentando ainda que, “é um plano criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas ou às hipóteses formuladas”. Desta forma os métodos e as técnicas utilizadas para estudar um determinado fenómeno, vão sempre depender do tipo de estudo que se pretende realizar.

Este trabalho é um estudo de caso, com o objetivo de analisar o grupo de ação local Probasto para perceber se este programa foi capaz de criar uma economia mais diversificada nos 4 concelhos (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena) deste grupo refere. (Yin, 2005) que o estudo de caso é a metodologia mais apropriada quando se pretende compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos vários fatores. Yin defende ainda que se trata de um método adequado quando se pretende definir os tópicos de investigação de uma forma abrangente, quando se quer considerar a influência do contexto em que ocorre o fenómeno em estudo e quando se quer auxiliar de variadas fontes de evidência.

Assim “estudo de caso” é definido como sendo o conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos, tendo como base as características do fenómeno em estudo (Yin, 2005). Este autor refere ainda que um estudo de caso é um processo de investigação empírica com o qual se pretende estudar um fenómeno contemporâneo no contexto real em que este ocorre. Devido a muitas das vezes ser difícil ou até mesmo impossível isolar o fenómeno que se pretende estudar, existe a necessidade de muitas vezes usar várias fontes de dados e fazer o cruzamento dos mesmos (ou seja, triangular) (Yin, 2005).

Neste trabalho o modelo de investigação escolhido foi um modelo qualitativo e quantitativo. Como métodos de recolha, foi escolhido, numa primeira fase a análise bibliográfica (tendo dado origem ao capítulo anterior referente à revisão bibliográfica), análise

documental, nomeadamente de dados estatísticos e a entrevistas, tendo sido utilizada a análise de conteúdo para a análise dos dados provenientes desta última.

3.1. Metodologia Quantitativa

A metodologia quantitativa é um método de pesquisa nas ciências sociais que utiliza técnicas e estatísticas na recolha e para a análise de dados. Em estudo quantitativo o investigador define claramente as suas hipóteses e variáveis usando-as para obter uma medição precisa de resultados que são quantificáveis (KIRK & MILLER, 1986). A metodologia quantitativa tenta acima de tudo encontrar relações entre as variáveis.

Neste estudo os dados relativos à execução do programa, foram recolhidos junto da Probasto disponíveis para o relatório final da execução do programa. No qual foram recolhidos dados relativos aos projetos aprovados tendo sido analisado os concelhos, a taxa de participação, em que medida estavam inseridos e qual o setor de atividade.

3.2. Metodologia Qualitativa

A metodologia qualitativa já é reconhecida como sendo um campo de investigação com direito próprio, que é transversal a várias disciplinas. O termo qualitativo implica um destaque nas qualidades das entidades e nos processos e significados: um estudo qualitativo valoriza a qualidade socialmente construída da realidade, tendo em conta um quadro construtivista, a relação mais íntima entre o investigador e o objeto de estudo e os constrangimentos situacionais que dão forma à investigação (Denzin & Lincoln, 2000).

De acordo com Creswell (2010) a metodologia qualitativa é vista como sendo um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social e humano.

Ao usar uma metodologia qualitativa num estudo espera-se que seja feita uma análise em profundidade relativamente a significados, conhecimentos e atributos de qualidade dos

fenómenos em estudo. Como refere Fidalgo (2003, p.178) os dados são “enquadrados e interpretados em contextos holísticos de situações, acontecimentos de vida ou experiências vividas, particularmente significativos para pessoas implicadas.”

Assim o investigador qualitativo vai estudar os fenómenos no seu contexto natural com o intuito de interpretá-los, tendo em conta os diferentes significados atribuídos pelas pessoas. Para tal é necessário que sejam recolhidos materiais que descrevam certos momentos da vida dos indivíduos que irão ser interpretados na tentativa de aumentar a compreensão sobre alvo de estudo (Denzin & Lincoln, 2000).

3.3. Amostra

De acordo com Almeida & Freire (2000), as amostras são grupos de sujeitos, juntos dos quais se vai concretizar a investigação ou então correspondem ao conjunto de ocorrências ou comportamentos que são registados. A amostragem vai ter um impacto muito importante na qualidade dos resultados devendo ter o máximo de representatividade possível em relação à população.

Os dados estatísticos relativos à execução do programa foram recolhidos junto da organização Probasto, responsável pelo programa nas Terras de Basto, e os dados da população da região foram recolhidos junto dos municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena e também através da consulta dos dados relativos ao Censos 2011.

No que concerne à entrevista, sendo um método qualitativo por excelência, foram escolhidos os atores principais como os principais alvos para responder à entrevista, considerando o objetivo do presente trabalho. Selecionou-se, então, um conjunto de 11 beneficiários do programa de modo a perceber quais os tipos de atividades realizadas e se se assistiu a alguma mudança nas atividades e se o programa teve algum tipo de influência nessa mudança.

3.4. Entrevista

De acordo com Tuckman (2000), as fontes de obtenção de dados que se podem utilizar num estudo de caso, são normalmente de três tipos: entrevistas, documentos e através da observação. Assim sendo, a técnica de recolha de informação privilegiada na parte qualitativa deste trabalho foi a entrevista, por ser a técnica que melhor se adapta à natureza do estudo, contribuindo para descobrir os aspetos a ter em consideração e porque alarga ou retifica o campo de investigação das leituras, tendo como principal objetivo a revelação de determinados aspetos do fenómeno em estudo (Quivy & Campenhoudt, 1992).

A entrevista enquanto “método de recolha de informações no sentido mais rico da expressão (...) adequa-se particularmente à análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados” (Quivy & Campenhoudt, 1992:192), consistindo o seu objetivo em abrir a área livre dos dois interlocutores, no que respeita a matéria da entrevista, reduzindo por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador (Carmo & Ferreira, 2008). A entrevista é então uma técnica que implica uma grande atenção por parte do investigador, não só em relação ao que é transmitido pelo entrevistado, mas também através das palavras e das comunicações não-verbais como as feições, entoações, hesitações, alterações do ritmo, entre outros, cuja captação é bastante importante para a análise do estudo (Albarello et al., 1997).

Para Morgan “uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas (...) com o objetivo de obter informações sobre a outra” (apud Bogdan & Biklen, 1994:134), podendo ser a estratégia dominante para a recolha de informação (Bogdan & Biklen, 1994).

O que se pretende, tal como refere Terrasêca (1996), dar forma a uma entrevista em tom de conversa informal, mas com a preocupação de que o seu rumo não menosprezasse nem deixasse esquecidos aspetos considerados, no guião, fundamentais. Além disso, tal como a autora refere que, a compreensão destes aspetos foi possível devido às características do tipo de entrevista, que possui um grau de abertura suficiente para não se tornar num instrumento redutor da informação e recolher toda a riqueza que os sujeitos possam pôr nas suas palavras (Terrasêca, 1996).

Fontana e Frey (1994) distinguem três tipos de entrevista, ou seja, a estruturada, a semiestruturada e a não-estruturada, por motivos de coerência da investigação, optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas.

A entrevista do tipo semiestruturada (ou semidirigida), possibilita ao entrevistador a obtenção de dados objetivos e subjetivos (Minayo, 1989). Este tipo de entrevista distingue-se pela existência de um guião, previamente elaborado pelo entrevistador, sendo um eixo orientador para o desenvolvimento da entrevista, permitindo que o entrevistador se prepare para a entrevista.

Optou-se neste estudo por uma entrevista semiestruturada, também designada de semidirectiva (Quivy & Campenhoudt, 1992), para que os entrevistados tivessem uma grande liberdade na abordagem da temática em questão. De facto, o recurso às perguntas abertas possibilita que o discurso do entrevistado decorra com liberdade, que seja criativo, que reformule as suas respostas e ao mesmo tempo, permite orientar o entrevistado no sentido de dar resposta aos objetivos e à questão de investigação. Ou seja, permite que o entrevistado tenha alguma liberdade para desenvolver as respostas segundo a direção que considere adequada e possa explorar, permite-lhe abordar os aspetos que considera mais relevantes, de uma forma flexível e aprofundada.

Outra razão que suporta a escolha por este tipo de entrevista, reside no facto desta permitir que, indiretamente, o entrevistador ajude o entrevistado a facultar informação de forma mais clara e objetiva, tendo em conta que “quando se utiliza um guião, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo” (Bogdan & Biklen, 1994:135).

3.4.1. Análise de Dados da Entrevista

Na abordagem qualitativa, não se privilegia uma amostragem aleatória e numerosa, mas antes, uma amostra criteriosa ou intencional, ou seja, a seleção da amostra está sujeita a determinados critérios que permitem ao investigador aprender o máximo sobre o fenómeno em estudo (Vale, 2004).

Tendo em conta o paradigma qualitativo desta investigação e tendo em conta a técnica de recolha de informação utilizada, a técnica de análise da informação utilizada foi a análise de conteúdo de Bardin, uma vez que possibilitou a análise do discurso dos entrevistados.

Os autores Bogdan e Biklen (1994:205), explicam que a análise de conteúdo consiste no “processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campos e de outros materiais que foram acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”, o que demonstra que a opção por esta técnica é a mais indicada.

De acordo com Bardin (2009:45), o objeto da análise de conteúdo “é a fala, isto é, o aspeto individual e atual (em ato) da linguagem”. Ou seja, a análise de conteúdo tem como objeto de estudo a informação revestida de sentido, pelo que foi através desta técnica que conseguimos compreender os significados que, subjetivamente, se encontram no discurso dos participantes.

A técnica da análise de conteúdo caracteriza-se pela procura de explicação e compreensão, permitindo fazer inferências, que de forma sistemática e objetiva, identifica características singulares e implícitas do discurso, já que “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (...) é a busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 2009:45).

Na perspetiva deste autor, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2009:33).

Na opinião de Sousa, a análise de conteúdo “não se trata de um instrumento, mas de um conjunto de procedimentos diversos, incluindo mesmo técnicas diferentes que, pela sua sistematização, analisam documentos de diferentes modos e com diferentes objetivos” (Sousa, 2005:264). De facto, esta é uma técnica que vai permitir a análise do discurso dos participantes sendo a sua análise um “processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campos e de outros materiais que foram acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou” (Bogdan & Biklen, 1994: 205).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. O Programa PRODER na Região de Basto

4.1.1. A Região de Basto

O programa Probasto atua sobre os concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena. Estes 4 concelhos são rurais e de baixa densidade populacional. Os 4 concelhos encontram-se abaixo da média nacional de 112,5hab/ km² (Pordata) de densidade populacional. A região tem uma população total de cerca de 50 mil pessoas sendo o concelho mais numeroso o concelho de Celorico de Basto com 20 098 habitantes (censos 2011). O concelho de Cabeceiras de Basto com 16 710, de Mondim de Basto com 7 493 e Ribeira de Pena com 6 544. Os concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena pertencem a NUTIII Ave e Celorico de Basto a do Tâmega.

Como demonstra o quadro 1.1.1. o número de pessoas ativas no setor primário é menor do que nos outros dois setores com uma predominância do setor terciário. A seguinte tabela demonstra a população ativa por setor.

	Primário	Secundário	Terciário
Cabeceiras de Basto	420	2035	3287
Celorico de Basto	388	2858	3644
Mondim de Basto	209	696	1421
Ribeira de Pena	351	562	1168

Quadro 1.1.1.: População ativa por setor de atividade (fonte: censo de 2011)

Quando se observa a tabela é possível identificar que o peso do setor primário é muito reduzido, com um número muito menor de trabalhadores relativamente aos outros dois setores. Sendo que estes são concelhos rurais, segundo a visão tradicional de espaço rural, este seria um

espaço tradicionalmente dominado por atividades ligadas a agricultura, a pecuária e ao extrativismo algo que não se assiste nestes 4 concelhos.

Segundo os dados da Pordata relativos ao salário médio por conta de outrem, os quatro concelhos têm salários inferiores à média nacional que é de 1.105 euros por mês. Sendo que Ribeira de Pena é o concelho com melhor resultado com 892 euros por mês. Com valores bastante abaixo dos salários médios nacionais são necessárias políticas públicas de forma a inverter estes resultados. Sendo este um dos objetivos do programa a redução da diferença entre regiões. O poder de compra é também um dos mais baixos a nível nacional, isto significa que existe uma desigualdade desta região perante a média nacional que deve ser combatida através de políticas públicas.

A nível de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) os quatro concelhos situam-se na segunda metade da tabela das empresas por concelho. Estando também abaixo da média nacional de trabalhadores por empresa. Isto pode demonstrar uma economia pouco competitiva e com pouca industrialização. Com um menor número de empresas e de trabalhadores por empresas é demonstrado deficiências económicas na região o que pode significar uma reduzida atratividade da região. A taxa de desemprego também está acima da média nacional sendo de 7,4%. Os dados dos censos de 2011 indicam que o maior empregador da região é o setor público. Como já demonstrado na tabela anterior o setor com maior número de trabalhadores é o setor terciário dentro setor a maior parcela dos trabalhadores pertencem ao setor público.

Estes concelhos apresentam um índice de envelhecimento menor que a média nacional sendo que apenas Ribeira de Pena tem um índice de envelhecimento superior a 100%. Isto significa que estamos numa região de predominância da população jovem algo que não se assiste na maioria dos concelhos do país. O nível de escolaridade é também negativo com a percentagem da população residente com ensino superior a variar entre os 5% e os 7% enquanto a média nacional se situa nos 13.8%. A nível da população sem escolaridade a percentagem situa-se entre os 16% e os 25% enquanto a média é de 10,4%. Estes fatores demonstram uma população pouco qualificada que apesar de ter a atenuante de ter uma população mais jovem que os restantes concelhos os fatos apresentados são muito negativos.

Dentro dos dados apresentados acima é possível observar falhas económicas nesta região que se encontra na cauda dos municípios em Portugal nos valores analisados com a exceção da taxa de envelhecimento que apresenta resultados positivos. Dentro da região o

concelho que demonstra melhores resultados é Cabeceiras de Basto. As falhas apresentadas refletem a necessidade de uma atuação elevada do PRODER que tem como objetivo a diminuição de desigualdades entre regiões. Como é possível observar esta é uma região carenciada que tem a necessidade de uma reestruturação económica e social. Com uma população pouco qualificada, jovem e com uma economia com poucas oportunidades de emprego revelam a necessidade de medidas estruturais na região. Existe a necessidade de tornar a região mais atrativa, que está inserida no Norte do país que é tradicionalmente uma zona de uma grande taxa de emigração. Com salários baixos, com menor poder de compra e com falta de oportunidade de emprego esta região tem dificuldades em competir com outras pelos recursos humanos existentes.

4.1.2. O programa PRODER na região de atuação da Probasto

O programa PRODER na região de atuação da Probasto apoiou um total de 107 projetos. O que se pode afirmar que é um número reduzido para o número total de população da região que é de cerca de 50.000 pessoas. Para além disso o investimento foi de 8.712.757,11 euros o que dá uma média aproximadamente de 81.000 euros por projeto. Com um número de apenas 107 projetos, assim como apenas cerca 81.000 euros por projeto, o que significa um apoio a projetos de pequena dimensão isto demonstra que o peso da influência deste programa não pode ser de grande dimensão. Porque este valor fica muito abaixo do valor médio em 2017 de investimentos em pequenas e médias empresas (PME) que foi de 288.000 euros segundo o relatório investimentos em PME.

Uma vez que o número de pessoas afetadas diretamente através deste programa é muito reduzido quer através do número de pessoas apoiadas nos seus projetos como o número de postos de trabalho criados. Com investimento tão curto para abranger uma população tão grande muito dificilmente o programa será capaz de atingir os objetivos que foram anteriormente apresentados.

Dentro das medidas apoiadas o mais interessante para análise em relação ao tema do trabalho é a medida 3.1 diversificação da economia e criação de emprego no qual foram apoiados 58 projetos como demonstra a seguinte tabela:

Medidas/Ações	Nº Projetos	Investimento (€)
3.1	58	4.537.253,30
3.1.1	2	162.469,63
3.1.2	40	2.615.527,85
3.1.3	16	1.759.255,82
3.2	49	4.175.503,37
3.2.1	33	2.975.770,37
3.2.2	16	1.999.733,44

Quadro 1.1.2.: Projetos Aprovados por medida e Ações (fonte: Probasto)

Quando se analisa a anterior tabela percebe-se que existe um número reduzido de projetos aprovados para diversificação de atividades na exploração agrícola com apenas dois projetos aprovados e com um investimento dentro da média de investimento do programa na região. Se contarmos com os dados do número reduzido de pessoas a trabalhar no setor primário seria de interesse que o programa fosse capaz de ter um maior número de projetos aprovados dentro desta medida para um aumento de postos de trabalho neste setor que tem um número reduzido dentro das economias locais. Por outro lado, as ações 3.1.2 e 3.2.1 foram as ações com um a maior número de projetos significando um total de 73% dos projetos aprovados. Dentro da análise das entrevistas dá para perceber o número elevado na 3.1.2 com um apoio a várias empresas dentro da restauração e do comércio principalmente a nível do desenvolvimento. Dentro de programa foram apoiadas 39 empresas, 13 associações 1 cooperativa 13 pessoas individuais no quais 7 eram mulheres e 5 eram homens, 28 projetos pertenciam a outros grupos de ações locais e 4 a outras entidades. Nestes dados é de notar o número reduzido de projetos a pessoas individuais.

Como podemos ver nos anexos 2, 3, 4 e 5 as medidas 3.1.2. e 3.2.1. são as medidas com maior representatividade de projetos nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Celorico de Basto sendo que no concelho de Mondim de Basto a medida 3.1.2 ocupa 56% dos projetos aprovados. O concelho de Ribeira de Pena não segue esta tendência, mas isto pode se dever a ser o concelho com o menor número de projetos com apenas 13 projetos em contraste com os 41 de Cabeceiras de Basto, 28 de Celorico de Basto e 25 de Mondim de Basto. Outro dado de notar é o fato de que Cabeceiras de Basto não sendo o maior concelho da região em termos populacionais é o concelho com o maior número de projetos aprovados com cerca de

38,31%. A medida 3.1.1. apenas tem um projeto aprovado em Cabeceiras de Basto e em Celorico de Basto.

A nível dos projetos por atividade os dados são marcantes com 90% dos projetos aprovados a pertencer ao terceiro setor. Com o maior número de atividades destes setores a pertencer a projetos ligados a restauração e a serviços de turismo e cultura. Sendo que na restauração o destaque é para projetos de remodelação de restaurantes e para a expansão de pastelarias que compõem uma grande parte dos projetos aprovados. Nos projetos ligados a cultura destaque para o número de projetos realizados pelas juntas da freguesia que tem a maioria de projetos apresentados nesta área. Dentro dos projetos aprovados praticamente 90% dos projetos aprovados não estão ligados a criação de novas atividades, mas sim ligados a remodelação, ampliação ou desenvolvimento de atividades já existentes. Por outro lado, praticamente todas das novas atividades criadas estão ligadas a serviços de proximidade.

Quando se analisa o investimento realizado pelas 3 partes FEADER, publico e privado. O investimento do FEADER praticamente metade do investimento total. O investimento privado também ronda os 40% ficando o restante ao encargo do investimento público. Os projetos aplicados á Estratégia Local de Desenvolvimento não tiveram apoio público nacional.

4.2. Análise das Entrevistas

Seguindo o guião de entrevistas presentes no anexo I foram realizadas 11 entrevistas a beneficiários do programa PRODER durante o período de 1 a 10 de agosto, destas 11 entrevistas 9 foram realizadas através de contato telefónico enquanto as restantes duas foram realizadas em pessoa. Estas entrevistas foram importantes para perceber de que forma o programa teve influência numa possível alteração da estrutura económica. Com estas entrevistas é possível tentar perceber a importância do programa que apenas com uma análise de dados disponíveis não seria possível analisar os efeitos do mesmo. O grande objetivo destas entrevistas era perceber qual era o tipo de atividade realizada pelos beneficiários do programa, se assistiu a alguma mudança de atividade por parte deste e se o programa teve influência nessa mudança. Por outro lado, também era importante perceber o passado laboral mão de obra contratada e quantos empregos foram gerados neste projeto. Destas 11 entrevistas as empresas eram 5 ligadas a restauração, 4 ligadas ao comércio e 2 ligadas a cultura.

Depois de realizadas as entrevistas, um dos grandes pontos negativos apontados ao programa foi a grande dificuldade durante o processo de candidatura onde encontraram muitos obstáculos na apresentação do projeto. Tendo sido referido por 7 dos entrevistados que foi necessário recorrer a ajuda de empresas municipais que apoiam candidaturas a estes tipos de programas. No qual referiram que o cumprimento dos prazos e a dificuldade em reunir toda a documentação necessária tornaram o programa de muito difícil acesso. Dois dos entrevistados referiram que tiveram que recorrer das decisões. Apesar de 9 entrevistados terem atribuído uma avaliação positiva ao programa, foi referido por todos que este é um programa que impõem muitas dificuldades de acesso e no qual admitem que é necessário facilitar o acesso de forma a atrair mais candidaturas ao programa.

Em relação a tomar conhecimento da existência do programa foi referido por 6 entrevistados que tomaram conhecimento através de amigos/familiares que também apresentaram candidatura ou que trabalhavam na câmara municipal. Dois tomaram conhecimento através da junta de freguesia da sua residência. Os restantes 3 não responderam à pergunta. Isto pode demonstrar uma falta de divulgação ao público da existência do programa e justificar um menor número de candidaturas. Talvez fosse necessário para atrair mais e melhores projetos uma maior aposta na divulgação do programa para uma difusão pelo público da sua existência e condições de acesso.

Em relação a alteração de atividade como consequência do programa é uma das questões de maior importância para a análise do tema em investigação. É importante perceber que tipo de atividades eram realizadas anteriormente pelos beneficiários e se de alguma forma existiu essa mudança, ou seja, se o programa teve influência nessa alteração. Sem esta questão é impossível de compreender a verdadeira importância nas economias locais no objetivo da diversificação da estrutura económica que é um dos grandes propósitos do programa. A esta pergunta as respostas foram unânimes demonstrando que já realizavam a atividade agora realizada. A esta pergunta duas entrevistas não se aplicam uma vez que são projetos nos quais os beneficiários não trabalham, nem geraram novos postos de trabalho, foram apoios para grupos culturais nos quais estes são presidentes. Destes projetos 7 já eram negócios existentes e o apoio serviu para desenvolvimento, ampliação e modernização dos seus negócios e não a criação de novos negócios. Como tal o programa também não teve influência numa mudança de atividade uma vez que esta já era realizada anterior ao programa. Dois projetos ligados à restauração em que os beneficiários já trabalhavam por conta de outrem o programa teve a

função da realização de obras nos espaços que já pertenciam aos beneficiários para adaptação do espaço para a restauração e a aquisição do material necessário. Apesar de ser um objetivo do programa a alteração da estrutura económica, este não foi alcançado pois nesta pequena amostra do programa na região de Basto não existiu nenhum projeto apoiado nesse sentido.

Em relação aos postos de trabalho, dois projetos não criaram novos postos de trabalho. O entrevistado nº2 foi uma expansão do negócio existente que integrou 4 novos colaboradores passando para 12 postos de trabalho. O entrevistado nº3 foi uma expansão do negócio existente ao criar novos 4 postos de trabalho que totalizou 10 postos de trabalho. O entrevistado nº4 foi uma melhoria das infraestruturas mantendo os 6 postos de trabalho. O entrevistado nº5 foi uma modernização dos negócios e como tal manteve os 5 postos de trabalho. O entrevistado nº7 foi uma ampliação da infraestrutura sem criar novos postos de trabalho. O entrevistado nº8 foi redimensionamento das instalações criando 2 novos postos de trabalho aumentando para 5. O entrevistado nº9 foi uma ampliação, o que significou a criação de 1 posto de trabalho passando para 1 o número de empregados. O entrevistado nº10 foi a realização de obras para adaptação do espaço para a restauração no qual foram criados 9 postos de trabalho. O entrevistado nº11 foi a realização de obras no espaço para adaptação do local para a restauração no qual foram criados 5 postos de trabalho. Em relação ao passado laboral dos trabalhadores contratados, grande parte dos mesmos são trabalhadores jovens que tinham acabado de sair da escola ou ainda a procura do seu primeiro trabalho sendo grande maioria familiares dos donos do negócio. Os restantes contratados são pessoas que já trabalhavam no ramo e com a experiência uma vez que a necessidade assim o exigia como por exemplo padeiros ou cozinheiros. Para além disso a maioria dos jovens contratados são de cursos profissionais, mas apenas uma pequena parte são de cursos profissionais ligados ao ramo da atividade que se encontram a realizar.

Em relação à morada 9 dos entrevistados responderam que já residiam dentro do concelho antes do programa e continuam a residir, os restantes dois não residiam dentro do concelho do seu negócio nem residem, mas habitam no concelho vizinho que faz parte da atuação do programa. Como tal neste caso o programa não teve influência na atração de novos residentes para a região de Basto. Uma vez que dentro destas entrevistas 7 dos programas estão ligados a empresas e não a pessoas privadas isto já demonstra que estes provavelmente eram residentes dentro do concelho no qual já tinham o seu negócio construído.

Em relação à importância do programa a posição foi unânime por parte dos entrevistados afirmando que sem este não seria possível a construção destes projetos uma vez que a ajuda

financeira providenciada foi fundamental para a realização dos mesmos. Dos entrevistados, 4 já tinham planos ou pensado na realização de uma expansão do negócio, mas que teriam que esperar para obter por recursos financeiros em tesouraria antes de avançar com os projetos.

Relativamente a avaliação do programa, 9 dos entrevistados deram notas positivas, mas referindo que este apresentava muitos problemas durante o seu processo de candidatura. Contudo devido à importância que teve para os seus negócios deram uma nota positiva. Por outro lado, dois entrevistados deram notas negativas ao programa afirmando que este tem muitos problemas e que é de muito difícil acesso sentindo que o programa tem demasiados entraves. Os prazos são muito apertados pelo que se gasta muito tempo e energia.

6. CONCLUSÕES

Quando se analisa a atual situação das economias destes quatro concelhos da região de Basto existem dois dados que merecem maior relevo. Em primeiro lugar, o reduzido número de pessoas a trabalhar no setor primário, correspondente a um número muito baixo quando comparado com os restantes setores. Em segundo, o elevado número de pessoas a trabalhar no setor terciário de natureza social. Quando se pensa no espaço rural, tradicionalmente falando, pensa-se num espaço com atividades ligadas ao setor primário, no entanto os dados destes quatro concelhos revelam uma menor influência deste setor. Um dos objetivos do programa PRODER foi diversificar as economias locais, assim como aplicar um maior investimento nos produtos endógenos da região. Para tal, o programa teve de apoiar este setor de forma a ser possível aumentar a importância do mesmo nas economias locais.

Por outro lado, os dados da população ativa dentro destes concelhos também revelaram uma elevada participação do setor público dentro das economias locais, algo que seria de esperar de concelhos com baixa densidade populacional como estes. O Estado necessita de abranger grandes áreas de terreno, contudo, tendo populações de menor dimensão, notou-se mais facilmente o peso do Estado. Seria importante reduzir o peso deste através da atração de população para estes concelhos ou da criação de negócios.

Quando se utilizou o programa PRODER na região de Basto, o primeiro dado a analisar foi o baixo número de programas apoiados, um total de 107 projetos. Tendo em consideração que a população desta região ultrapassou os 50 mil habitantes, e sendo uma região muito extensa a nível territorial, ficou claro que este era um programa de pouca influência, uma vez que o número de pessoas beneficiadas era muito baixo. O investimento médio de 81 mil euros por projeto, demonstrou que esta investigação pretendeu perceber a influência do programa na alteração da estrutura económica. Os dados recolhidos demonstraram que o programa teve uma influência muito curta, uma vez que as pessoas afetadas diretamente, como os beneficiários ou o número de pessoas contratadas, era reduzido tendo em conta que o número de projetos era pequeno; quando afetadas indiretamente, com o surgimento indireto de negócios, também os projetos apoiados eram de pequena dimensão. Dentro destas medidas apoiadas, a mais interessante para analisar em relação ao tema do trabalho é a medida 3.1. – A diversificação da economia e a criação de emprego –, na qual foram apoiados 58 projetos.

As ações 3.1.2. e 3.2.1. foram as ações com um maior número de projetos, significando um total de 73% de projetos aprovados. Analisadas as entrevistas observa-se o grande apoio ao desenvolvimento de pequenas empresas já existentes e a reutilização de edifícios já existentes, o que explica o maior número de projetos aprovados nesta área. As entrevistas também demonstraram que a maior parte dos negócios já existiam e que não foram criados através pelo programa.

Para um programa que se propunha a tantos objetivos, era necessário um maior número de projetos aprovados e um maior investimento de forma a ser possível cumprir esses objetivos. Mesmo estando a falar de concelhos de baixa densidade populacional, a população conjunta dos quatro concelhos correspondia a uma população significativa de cerca de 50 mil habitantes.

Um dos dados a realçar é o elevado número de projetos aprovados dentro do setor terciário, representando 90% dos projetos, uma vez que estes concelhos contêm uma predominância deste setor. Isto corresponde à primeira hipótese (H1), o que demonstra que o programa não teve o efeito esperado no que diz respeito a uma diversificação da economia. Em conjugação com facto de um existir um número reduzido de projetos aprovados pode afirmar-se que as restantes hipóteses foram também respondidas de forma negativa, com o programa a não ser capaz de realizar o impacto esperado no início desta dissertação. Dentro dos projetos aprovados, praticamente 90% dos projetos aprovados não estavam ligados à criação de novas atividades, mas sim à remodelação, ampliação ou desenvolvimento de atividades já existentes. Por outro lado, praticamente todas as novas atividades criadas estavam ligadas a serviços de proximidade.

Importa ainda realçar que seria importante encontrar uma resposta, devido ao facto de o número de projetos por parte do concelho de Cabeceiras de Basto ser tão elevado em comparação com os restantes concelhos. Uma vez que não existe por parte deste uma maior dimensão populacional ou territorial, por que razão este apresenta praticamente metade dos projetos aprovados, quando no caso de Ribeira Pena os resultados podem ser explicados pelo facto deste ter uma população mais reduzida.

Em relação às entrevistas, foram realizadas 11 entrevistas a beneficiários do programa. São uma das partes mais importantes da dissertação, pois serviram para perceber de que forma

o programa teve influência. Uma vez que a amostra representa 10% do total dos projetos, foi possível ter uma visão mais alargada de todo o programa.

Um dos pontos mais importantes em análise foi o questionar se o programa teve influência numa possível alteração de atividade, o que não acontece. Como grande parte dos projetos que foram apoiados serviram para a expansão ou melhoria do negócio, pois os beneficiários já trabalhavam neste ramo, e estes ramos que foram expandidos, principalmente comércio e restauração que são negócios com uma grande presença na região, o efeito foi inexistente numa alteração da estrutura económica. Os restantes eram profissionais do ramo e que agora passaram a ter negócio próprio. Algo de positivo do programa diz respeito à elevada mão de obra jovem contratada, o que permitiu uma retenção por parte dos concelhos desta população em particular. Seria interessante o surgimento de projetos que necessitassem de uma mão de obra com ensino superior de forma a garantir a presença deste tipo de recursos humanos dentro concelho. Sendo estes projetos de pequena dimensão, faz sentido que se criem negócios familiares, e como tal, em grande parte destes projetos a mão de obra contratada é principalmente jovem pertencente à família do proprietário. E apenas recorriam a não familiares quando necessitavam de pessoas com mais experiência.

Os problemas apontados ao programa são preocupantes e podem ser a causa da existência de um número de projetos financiados tão reduzido. Quando todos os entrevistados, apesar da existência de avaliações positivas, apontam que o programa é de muito difícil acesso, tem de ser repensada de forma clara a forma de atuação deste programa. Devido à existência tão baixa de programas aprovados, este pode ser um fator de grande influência.

Outro fator a notar é a falta de capacidade de atração de pessoas para a região, como demonstraram as entrevistas. Como referido anteriormente estamos a falar de uma região com uma baixa densidade populacional, onde alguns concelhos estão abaixo da média nacional de hab./km. Este deveria de ser um dos pontos de maior interesse deste programa uma vez que o despovoamento e o envelhecimento da população criam inúmeros desafios como, por exemplo, a racionalização dos serviços públicos.

Este programa tem três objetivos: aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. Depois de uma análise de todos os dados não se pode afirmar que o programa foi capaz de cumprir os objetivos propostos.

Relativamente ao tema em análise, ficou claro que este programa não teve muita influência numa possível alteração da estrutura económica local. O programa era de pequena dimensão, com poucos projetos apoiados e pouco financiamento. Como tal, seria impossível possuir a capacidade de ter uma grande influência económica nesta região. No entanto, opõem-se a esta possibilidade os dados encontrados nas entrevistas: apesar de não representar a população total e ser apenas uma amostra, que tem uma percentagem de erro, as entrevistas realizadas demonstraram claramente que o programa não teve a influência esperada.

Quando iniciei este trabalho apesar de não esperar uma influência profunda nas economias locais, esperava que o programa fosse apoiar um número significativo de projetos. Uma vez que estamos a analisar um programa que não é anual, mas que se realizou num período de seis anos e com avaliações positivas a nível nacional, esperava que o projeto fosse capaz de ter uma maior influência. Todavia, quando analisei os dados relativos ao censo de 2011, constatei a pouca influência do setor primário na economia da região em conjunto com o facto da existirem poucos projetos. E portanto, ficou claro que o programa não iria ter a influência esperada. Com a realização das entrevistas tornou-se incontestável que o programa não foi capaz de afetar a estrutura económica dos quatro concelhos da região de Basto. Esta investigação foi importante para melhor compreender os verdadeiros resultados de programas públicos como este, no entanto, através deste estudo, foi possível perceber que pelo menos nesta região foi um programa que teve pouca relevância. Importante denotar que este pode ser um programa de muito sucesso, o qual se pode tornar mais relevante para esta região caso se façam as alterações necessárias. Considerando que este era a primeira versão, a qual sofreu várias revisões ao longo do seu período de execução, o programa pode ser visto como um período de aprendizagem para que durante o próximo período de execução sejam corrigidas as falhas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albarello, Luc, (1997), *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Baptista, Tatiana Wargas de Faria, e Monica de Rezende (2011), “A ideia de ciclo na análise de políticas públicas”, em Ruben Araujo de Mattos e Tatiana Wargas de Faria Baptista, *Caminhos para Análise de Políticas de Saúde*, 138-172.
- Bardin, Laurence, (2009), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70
- Barros, Vítor (1998), A Agenda 2000 e o desenvolvimento rural”. In DGDR (ed.): *Seminário O Desenvolvimento Rural no Contexto da Agenda 2000*, Lisboa, DGDR, pp. 9-18.
- Bogdan, Robert e Biklen, Sari, (1994), *Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto, Porto Editora.
- Boussagnet, Laurie, *et al.* (2006), *Dictionnaire des Politiques Publiques*, Paris, Presses de Sciences Po.
- Candundo, Samuel, (2015), *A Diversificação da Economia Versus Transformação da Estrutura Económica*, disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/diversificacao-economia-versus-transformacao-estrutura/diversificacao-economia-versus-transformacao-estrutura.pdf>.
- Caldas, Ricardo Wahrendorff (coord.) (2008), *Políticas Públicas: Conceitos e Práticas*, Serie Políticas Públicas, nº 7, Belo Horizonte, Sebrae/MG, disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>.
- Carmo, Hermano e Manuela, Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carneiro, Inês, (2005), *O desenvolvimento rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer. A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal*, Conferência Políticas Públicas para o Desenvolvimento. Lisboa, ISCTE, pp. 22.
- Carvalho, Paulo, (2007), O turismo nas estratégias de desenvolvimento do mundo rural português: complemento ou alternativa?. In CRUZ, F. (org.): *Actas do IV Congresso*

-
- Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*. Cidade do México, Universidade de Guadalajara e AGIR, pp. 1745-1768.
- Comissão Europeia, A abordagem Leader - Um guia básico, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006,
- Creswell, John (2010), *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*, Porto Alegre: Bookman.
- Denzin, Norma & Yvonna, Lincoln, (2000), *The discipline and practice of qualitative research*, London, Sage Publications.
- Dye, Thomas R. (2011), *Understanding Public Policy*, Londres, Longman, Pearson Education (13.a edição).
- Fidalgo, Lurdes (2003). *(Re)Construir a Maternidade Numa Perspectiva Discursiva*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fortin, Marie-Fabienne (2000), *O Processo de investigação: da conceção à realização*, Loures, Lusociência.
- GEOIDEIA/IESE (1999) – *Estudo de avaliação intercalar do PIC LEADER II*. Relatório Final. Lisboa, 169 pp.
- GEOIDEIA/IESE (2002) – *Avaliação Final (Ex-post) do PIC LEADER II*. Lisboa, 170 pp.170
- Hall, Peter, e Rosemary C. R. Taylor (2003), “As tres versoes do neo-institucionalismo”, *Lua Nova*, 58, pp. 193-223.
- Henriques, Maria Adosinda (2002), “Globalização e integração diferenciadora dos espaços rurais”, in José Reis; Maria Ioannis Baganha (orgs.), *A economia em curso: contextos e mobilidades*. Porto: Afrontamento.
- Hill, Michael (2009), *The Public Policy Process*, Nova Iorque, Longman, Pearson Education.
- International Labour Office, (s/d), *Economic Diversification of the Rural Economy*, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_policy/documents/publication/wcms_437176.pdf
- KIRK, J. & MILLER, J. (1986) Reliability and validity in qualitative research.

Khaulich, Florian (2012), *Diversification vs. Specialization as Alternative Strategies for Economic Development: Can we settle a debate by looking at the empirical evidence?* Vienna, United Nations – Industrial Development Organization.

Lahera, Eugenio (2004), *Política y Políticas Públicas*, Serie Políticas Sociales, n.o 95, Santiago do Chile, CEPAL / Naciones Unidas, disponível em: <https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/Políticas-Publicas/Pol%20y%20Políticas%20Públicas%20y%20políticas%20Públicas%20op%20Públicas.pdf>

Moreno, Luís, (s/d), *O LEADER em Portugal Continental: contexto e elementos de uma análise geográfica de conteúdos*. Disponível em: <http://www.sper.pt/oldsite/VCHER/Pdfs/LuisMoreno.pdf>

Moreno, Luís, (2009), “Empreendedorismo e promoção territorial das áreas rurais”. In, BAPTISTA, F. et al. (coords.): *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança. Proença-a-Nova*, Centro de Ciência Viva da Floresta, pp. 121-132.

Nicola, P. (2008). Como construir uma boa questão de investigação. In. Silva, E. (Coord.). *Investigação Passo a Passo – Perguntas e Respostas para a Investigação Clínica*. Lisboa: APMCG.

Site PDR 2020 <http://www.pdr-2020.pt/site/Centro-de-informacao/Noticias/Medida-10-do-PDR2020-ja-em-marcha>

Pinto, Isabela Cardoso de Matos (2008), “Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política”, *Revista Políticas Públicas*, 12 (1), pp. 27-36.

Quivy, Raymond, e Luc, Campenhoudt, (1992), *Manuel de recherche en sciences sociales*, Paris, PUF.

Saravia, Enrique (2007), “Introdução a teoria da política pública”, em Enrique Saravia e Elisabete Ferrareza (orgs.), *Políticas Públicas – Coletânea*, vol. 1, Brasília, Escola Nacional de Administração Pública.

Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social: algumas estratégias para a integração. *Ciências da Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192.

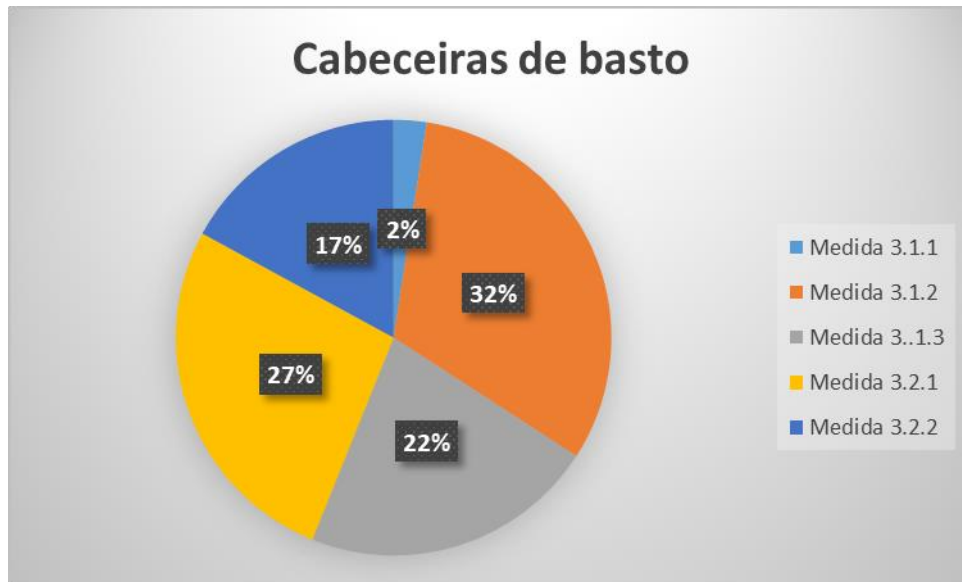
-
- Schultz, Theodore, (1981), *Investing in People: The Economics of Population Quality*, Berkeley, University of California Press.
- Sousa, Alberto. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Souza, Celina (2006), “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”, *Sociologias* (Porto Alegre), 8 (16), pp. 20-45.
- Souza, F. & Souza, D. (2011). Formular Questões de Investigação no Contexto do Corpus Latente na Internet. *Internet Latent Corpus Journal*, 2(1), 2-5.
- Start, Daniel and Craig Johnson (2001). *Transformation, Well-being and the State: Rural Livelihood Diversification in South Asia*. ODI Working Paper.
- Terrasêca, Manuela (1996). *O Instrumento de Pesquisa: a entrevista*. In *Referenciais Subjacentes à Estruturação das Práticas Docentes – Análise dos Discursos dos/as professores/as*. Porto: FPCEUP.
- Theodoulou, Stella Z. (1995), “How public policy is made”, em Stella Z. Theodoulou e Matthew A. Cahn, *Public Policy: The Essential Readings*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall, pp. 86-96.
- Tuckman, Bruce (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Universidade Católica de Angola, (2015), *Relatório Económico de Angola 2014*, Centro de Estudos e Investigação Científica, LeYa, SA. Luanda;
- Vale, Isabel, (2004). Algumas notas sobre Investigação Qualitativa em Educação Matemática, O Estudo de Caso. *Revista da Escola Superior de Educação*, 5, 171-202.
- Yin, Robert, (2005), *Introducing the world of education. A case study reader*, Thousand Oaks, Sage Publications.

ANEXOS

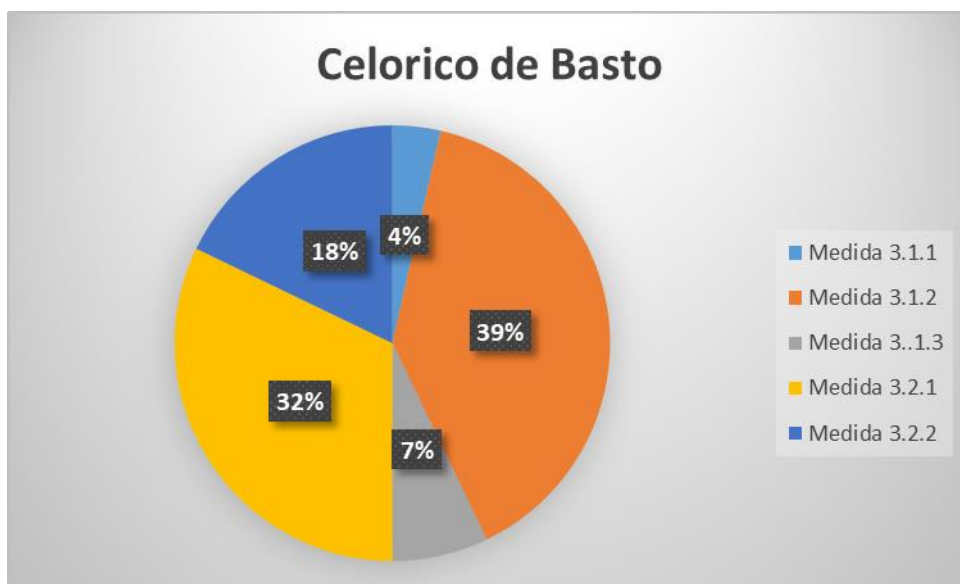
ANEXO 1 – Guião da Entrevista

1. Como ficou a saber da existência do programa?
2. Sentiu dificuldades durante o período candidatura ou na fase de execução? Quais os maiores problemas que encontrou?
3. Acredita que o programa é de fácil acesso?
4. Quantos anos tem o seu projeto?
5. Tem parceiros no seu projeto? Quantos?
6. Qual a atividade que realizava antes de participação no programa? O programa teve influência nessa mudança?
7. Acredita que o programa foi importante para construção do seu projeto?
8. Morava no concelho do seu negócio antes do programa?
9. Mora no concelho após o programa?
10. Quantos trabalhadores tem a sua disposição?
11. Quais as atividades anteriores dos mesmos?
12. Daria uma avaliação positiva ao programa?

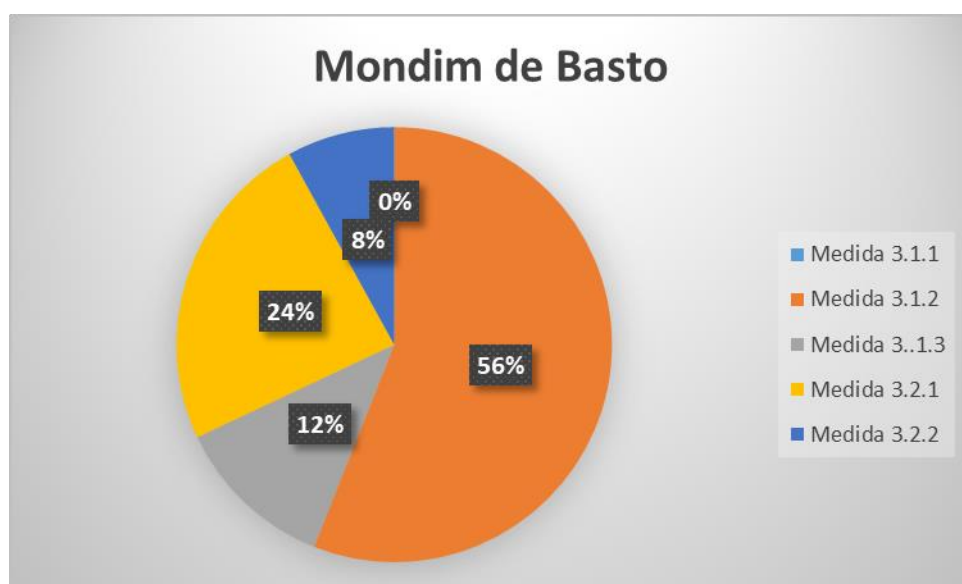
Anexo 2- Percentagem de projetos aprovados no concelho de Cabeceiras de Basto (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)



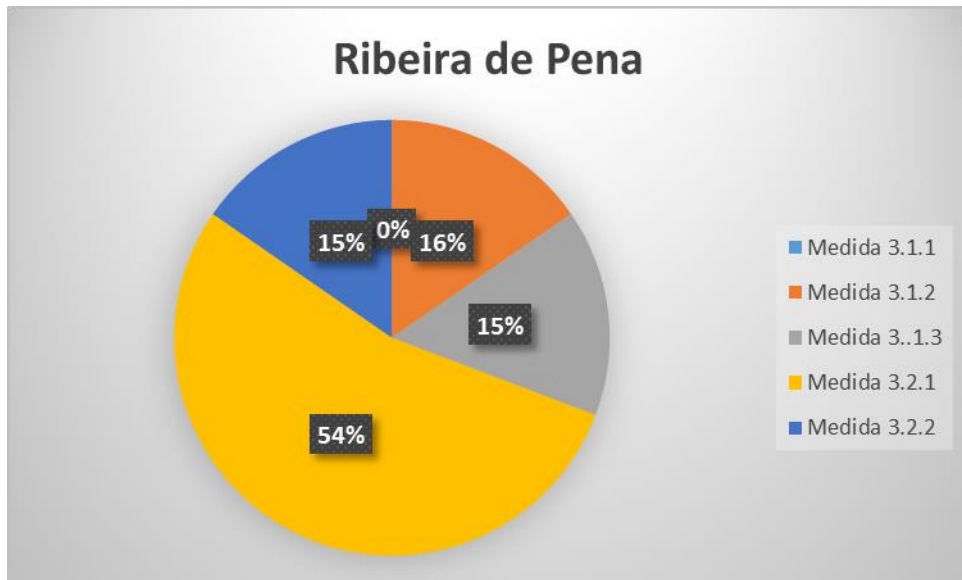
Anexo 3- Percentagem de projetos aprovados no concelho de Celorico de Basto (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)



Anexo 4- Percentagem de projetos aprovados no concelho Mondim de Basto (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)



Anexo 5- Percentagem de projetos aprovados no concelho de Ribeira de Pena (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)



Anexo 6- Percentagem de projetos por setor de atividade (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)



Anexo 7- Tabela de investimento por medida (relatório final de execução do programa PRODER Probasto)

Med. Acção	Programado no ELD				Aprovado		
	Inv. Total	Comp. Feeder	Pub. Nacional	Privada	Inv. Total	Comp. Feeder	Pub. Nacional
3.1	6.029.575,82	1.993.886,65	498.471,67	3.537.217,50	4.537.253,30	1.993.696,30	498.424,00
3.1.1	239.499,25	67.988,17	16.997,04	154.514,04	162.469,63	67.988,17	16.997,04
3.1.2	3.312.502,33	1.146.578,10	286.644,53	1.879.279,70	2.615.527,85	1.146.387,76	286.596,89
3.1.3	2.477.574,24	779.320,38	194.830,10	1.503.423,76	1.759.255,82	779.320,37	194.830,07
3.2	3.975.583,73	2.111.365,64	527.841,42	1.336.376,67	4.175.503,81	2.111.365,41	527.841,41
3.2.1	2.787.744,88	1.428.369,89	357.092,48	1.002.282,51	2.975.770,37	1.428.369,76	357.092,47
3.2.2	1.187.838,85	682.995,75	170.748,94	334.094,16	1.199.733,44	682.995,65	170.748,94
Total	10.005.159,55	4.105.252,29	1.026.313,09	4.873.594,17	8.712.757,11	4.105.061,71	1.026.265,41

		Aplicado no ELD						%
Privada	% Ap.	Inv. Total	Inv. Elegível	Comp. Feader	Pub. Nacional	Privado	% Ex.	R.
2.045.133,00	75	1.827.693,73	1.785.849,27	762.587,87	0,00	1.065.105,86	30	40
77.484,42	68	99.986,83	99.986,83	50.993,29	0,00	48.993,54	42	62
1.182.543,20	79	836.198,81	833.891,04	372.490,37	0,00	463.708,44	25	32
785.105,38	71	891.508,09	851.971,40	339.104,21	0,00	552.403,88	36	51
1.536.296,99	105	1.397.199,70	1.348.757,79	926.287,37	0,00	470.912,33	35	33
1.190.308,14	107	603.357,86	583.286,15	476.534,12	0,00	126.823,74	22	20
345.988,85	101	793.841,84	765.471,64	449.753,25	0,00	344.088,59	67	66
3.581.429,99	87	3.224.893,43	3.134.607,06	1.688.875,24	0,00	1.536.018,19	32	37